



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



ESCOLA NAVAL, RIO DE JANEIRO, RJ, 29 DE NOVEMBRO DE 2001

Senhor Ministro de Estado da Defesa, Doutor Geraldo Quintão; Senhores Comandantes de Força; Senhores Oficiais-Generais; Senhores Oficiais; Senhoras e Senhores,

Este é o sétimo ano consecutivo em que tenho o prazer de estar aqui, nesta Escola, que está edificada na Ilha de Villegaignon, no antigo Forte Coligny, do século XVI, simbolizando também uma certa continuidade histórica. E é para mim, realmente, uma satisfação poder falar, como costumo fazer, com algumas notas, mas, em uma boa parte do tempo, expondo diretamente meu pensamento, com a franqueza que deve existir entre comandantes e comandados, como é habitual nas Forças Armadas.

Como já antecipou o Ministro Geraldo Quintão, quero tratar, como tenho feito sempre nesses encontros, da agenda internacional. Farei este ano a mesma coisa. Temos que recordar que a crise provocada pelos atentados terroristas de 11 de setembro tem trazido uma preocupação crescente aos brasileiros, mas não só aos brasileiros, ao

mundo todo. Isso merece uma certa reflexão da nossa parte. Eu a tenho feito de forma continuada.

Na verdade, no discurso que pronunciei na Assembléia Nacional da França e depois reiterei na Assembléia Geral das Nações Unidas me referi ao tema. Tenho tentado convencer as lideranças mundiais de que deve haver um exercício conjunto de reflexão sobre as implicações da crise atual. Não há nenhuma novidade, portanto, nas posições que o Brasil tem tomado, porque, pela minha palavra, tenho expressado o ponto de vista do conjunto do País sobre essas matérias.

Desde o início, afirmei o que agora repetirei – que é preciso haver uma veemente condenação do Governo e da sociedade aos atos de terror porque eles ferem os princípios mais elementares de uma convivência civilizada. Isso tem sido o mote, não apenas do Presidente do Brasil, mas de todos os Presidentes do mundo e dos vários segmentos da sociedade, que têm mostrado que essa luta contra o terrorismo é fundamental e não pode depender apenas dos países diretamente afetados. Ela envolve uma luta complexa e diferente das guerras tradicionais, porque o alvo é um inimigo que opera em redes transnacionais e tem um arsenal cambiante e virtualmente inesgotável.

Talvez eu tenha sido o primeiro Chefe de Estado, logo depois que o Presidente Bush se manifestou e logo depois que nós próprios nos manifestamos, a emprestar solidariedade, a dizer que se tratava de um fenômeno de rede. Hoje, por causa do desenvolvimento dos meios de comunicação, dos computadores, da Internet, etc., muitas vezes os segmentos da sociedade transcendem as fronteiras nacionais e conseguem existir e funcionar por cima e além delas. Funcionam através de redes, o que já mostra que o alvo, o inimigo é um inimigo muito mais inespecífico do que o inimigo tradicional de um Estado, de um país, de uma força organizada. Isso não quer dizer que essas redes não tenham apoio, eventualmente, em algum Estado, em algum país. Mas elas se organizam de uma maneira muito mais hábil, podem surgir e desaparecer com maior velocidade.

Era preciso esse repúdio ao terrorismo, que nós fizemos – e fizemos com base até na nossa Constituição, que diz, claramente, que o

repúdio ao terrorismo é um dos princípios norteadores da nossa política externa. Não havia nada de inovador, senão cumprir a Constituição. Mas é preciso que se entenda a natureza do processo que está em vigor no mundo para que não tenhamos posições que possam vir a ser equivocadas.

Por consequência, ao mesmo tempo em que apoiamos claramente esse repúdio através de uma iniciativa brasileira, na Organização dos Estados Americanos – nós até apelamos para um antigo tratado da época da Guerra Fria, o Tiar, Tratado Interamericano de Assistência Recíproca –, nós o fizemos porque queríamos ter um marco jurídico dentro do qual pudéssemos definir as nossas ações e não, pura e simplesmente, deixar que essas ações fossem conduzidas pelo nosso próprio arbítrio ou pelo arbítrio de terceiros. Então, nos pareceu que, a despeito de ser um instrumento já antigo, um instrumento de outra época, ainda era – e ainda é – um instrumento jurídico que define e limita os termos da cooperação, e nós apelamos, portanto, para esse marco jurídico.

Mas desde o início – repito – a preocupação foi a de dizer que não se tratava de uma posição do nosso país em função de uma luta de civilizações, de choque de civilizações, nem contra, especificamente, uma religião, qualquer que ela fosse. Pelo contrário. Todo mundo sabe que a posição do Presidente dos Estados Unidos foi coincidente nesse ponto, embora, inicialmente, alguns setores das sociedades do mundo todo tivessem tentado colocar a questão que nos aflige como se fosse uma questão de choque de civilizações, que a nossa posição nunca foi essa de choque de religiões, até porque dentro de cada uma das religiões há vertentes, há variantes, algumas das quais são especificamente mais pluralistas e mais favoráveis à emergência de formas democráticas.

Devo dizer que me encontrei, agora, quando fui às Nações Unidas, me pediu audiência o Presidente do Irã, o Presidente Mohamed Khatami, com quem tive uma longa conversa. E ele expôs esse ponto de vista – que estou dizendo aqui –, o de que ele buscava organizar no Irã uma forma de convivência entre os princípios religiosos e a vida pública que permitisse a variabilidade, a democratização, por-

tanto diferenciadas correntes de opinião. Sei que a luta dele não é uma luta, digamos, consensual, mas, pelo menos, há alguns setores, não apenas religiosos, não apenas intelectuais, mas políticos, em países basicamente muçulmanos, que, não obstante, têm uma visão do mundo que não é uma visão binária – o bem e o mal ou “quem não está comigo é inimigo”.

Então, essa foi a nossa posição, desde o início. Logo que ocorreram os atentados, convoquei o Conselho de Defesa Nacional, nos reunimos para discutir nossa posição e convoquei também todas as lideranças do Congresso, inclusive as da oposição. De alguma maneira, explicitei o meu pensamento, que é este, no sentido de um repúdio ao terrorismo, de uma qualificação mais adequada da natureza da luta que se travava, do tipo de guerra que se travaria e, ao mesmo tempo, o rechaço de qualquer visão mais simplificadora do mundo que coloque de um lado o bem, e de outro, o mal. Evidentemente, há valores que são próprios da civilização judaico-cristã ocidental, que serviu de berço para uma série de valores, entre os quais a secularização, a separação entre o Estado e a religião, a individualidade, o respeito aos indivíduos, à igualdade, o respeito aos gêneros diferentes. São valores desse tipo de civilização. Mas nós não podemos obscurecer o fato de que na nossa civilização aconteceu o nazismo, com capacidade de produção do mal de uma magnitude eu diria até inexcedível. Produziu campos de concentração, matou judeus. E foi dentro dos marcos da civilização ocidental cristã.

Não podemos, por isso, nos arrogarmos a sermos a expressão de um bem contra um mal. Temos que defender esses valores que mencionei há pouco, que são, hoje, na nossa sociedade, consensuais, do pluralismo, da democracia, da individualidade, da separação entre o Estado e a Igreja, do respeito às várias religiões. Obviamente, são valores nossos. Podemos aspirar a que eles venham a ser até mesmo universais – não o são. Mas isso não nos dá o direito de, imediatamente, imaginarmos que por isso temos a concentração de todo o bem de um lado e de todo o mal do outro lado. É preciso manter uma posição de equilíbrio.

Manifestei, inúmeras vezes, essa mesma questão. Também procurei levar o debate, mesmo no plano internacional, para uma busca de coordenação maior – que temos com os nossos países vizinhos – para reforçar a segurança em nossas fronteiras e dar um combate não apenas ao terrorismo – voltarei ao tema já –, mas aos males que são afins ao terrorismo, como o contrabando, a lavagem de dinheiro e a existência do narcotráfico.

Nas próprias Nações Unidas, insisti muito e alertei para o fato de que nós, se quisermos ser consequentes com essa posição, não podemos conciliar a existência desses chamados paraísos fiscais, que acabam sendo formas de manutenção exatamente daquilo que se diz combater, quer dizer, mecanismos não apenas da corrupção, mas também do crime organizado, da lavagem de dinheiro e do terrorismo. Os paraísos fiscais têm que ser atacados se quisermos, efetivamente, entender os mecanismos de reprodução dos males contemporâneos.

É de se dizer que existem alguns esforços nessa direção, no Brasil, certamente. Criamos, aqui, o Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), para acompanhamento desses movimentos financeiros, que permite uma análise de sintomas de lavagem de dinheiro.

Esse não é um mecanismo que existe só no Brasil. É um mecanismo que começa a existir noutras países. Começa a haver, também, em rede, a intercomunicação entre esses organismos, e, portanto, temos que começar a dar mais atenção a todas essas teias de defesa também, contra outras teias, que são teias que levam ao terrorismo e a questões dessa natureza.

É preciso – se quisermos ter uma determinação firme de luta contra o terrorismo e dar-lhe um combate sem tréguas – termos também uma posição muito firme no combate a essas formas, quase clandestinas, de preservação daqueles que estão, realmente, mandando dinheiro para fora e utilizando esse dinheiro sabe Deus como.

Há uma espécie de consciência pouco sadia de muitos que, ao mesmo tempo em que defendem a necessidade de combater tudo isso, mantêm os paraísos fiscais como se fossem intocáveis. Começam a ser tocados.

Quero lhes dizer, por exemplo, que na última reunião, no Canadá, há umas duas semanas, dos Bancos Centrais e dos ministros da Fazenda do que se chama G-20 – que é um grupo de países não só do G-7 e do G-8, mas também de países como o Brasil, cuja economia é já mais avançada –, nessa reunião, coube ao Presidente do Banco Central do Brasil, Armínio Fraga, fazer a exposição principal sobre a necessidade de mecanismos de controle de todas essas formas de evasão de renda, de recursos, porque, no fundo, também financiam o que há de pior no mundo.

Também existem regras que começam a ser postas em marcha, que são de maior transparência, de maior controle nesses mecanismos todos. E os nossos responsáveis pela área financeira estão muito ativos na proposição de medidas que possam ajudar-nos nisso.

Agora esses são os aspectos imediatos da existência dessas redes e de conexões com o terrorismo. Não sabemos exatamente quais vão ser as consequências do 11 de setembro. Pode-se fazer uma série de especulações. Evidentemente, do ponto de vista inicial, o que chamou a atenção foi a forma de reação dos Estados Unidos, que, talvez, pela primeira vez na sua história – talvez só no século XIX tenham sofrido coisa semelhante por parte dos ingleses –, mas pela primeira vez na sua história tenham, realmente, sentido dentro da própria fronteira americana, descontando o que aconteceu em Pearl Harbor, a sua vulnerabilidade. Isso, evidentemente, afeta emocionalmente o país, a população, os dirigentes, afeta as reações, e pode ter consequências de muita natureza. Algumas podem vir a ser até benéficas no sentido de verificar que sozinhos, embora sejam muito poderosos, não têm condição de controlar tudo. E que é necessário existir, então, uma atitude de maior diálogo e de maior compreensão de outros pontos de vista e de coordenação de políticas para que seja possível manter a ordem internacional.

Mas, de qualquer maneira, não sabemos exatamente quais são as consequências. O historiador Fernand Braudel, de todos conhecido, disse que existem tempos diferentes na história. E ele faz uma certa analogia com o que acontece com as correntezas oceânicas, que são

permanentes e profundas, e outras que são a espuma e vêm para a superfície do mar, chegando à areia. A história é um pouco assim: até que ponto essas correntezas mais profundas estão sendo transformadas ou até que ponto, realmente, ao invés de ser um fenômeno cujo efeito afeta a longa duração das correntes, é um fenômeno mais superficial que acaba mais rapidamente?

Eu li, recentemente, um diálogo muito interessante, publicado em algumas revistas especializadas, de dois eminentes intelectuais. Um se chama Ralf Dahrendorf, é alemão, naturalizado inglês, foi professor em Oxford, hoje é lorde; o outro é Anthony Giddens, que é diretor da London School of Economics, a respeito dessa matéria. E, na verdade, a visão que prevalece é muito mais a de que seja um fenômeno que vai ter sua importância, mas as pessoas esquecem.

Giddens, inclusive, formula algumas hipóteses de mais curto prazo, apostando muito mais ou temendo muito mais que, efetivamente, seja passageira no que poderia ter de efeito positivo. Porque no que pode ter de efeito negativo, em primeiro lugar, já foi terrível. Já foi terrível e, certamente, afetou, num curto prazo, de uma maneira profunda, como eu disse, a sensibilidade norte-americana.

Nessa ocasião em que fui às Nações Unidas, fui visitar o *ground zero*, a “terra zero”, não sei como se chama, lá nas antigas torres gêmeas, e me surpreendi não apenas pelo fato físico e terrível do desastre, mas mais do que isso, pelas pessoas que lá estavam. Quando eu saí, havia umas 30 ou 40 pessoas do povo americano. Fui cumprimentá-las e algumas choravam, e se sentiram tocadas pelo fato do Presidente de um outro país estar lá. E aconteceu, no final, algo que é comum aqui na América Latina, que é tocar no outro, dar a mão. Tive que dar a mão a todos. Dei a mão a todos. Até vinham do fundo para cumprimentar, mostrando o grau de emoção de uma sociedade que, normalmente, não é dada a essas manifestações tão abertas de emoção.

Portanto, sabe Deus qual vai ser o efeito sociopsicológico disso numa sociedade tão complexa como a sociedade americana, sentindo-se assim insegura e ameaçada. De qualquer maneira, acredito que os Senhores e as Senhoras devem estar fazendo reflexões a respeito de todo

esse processo, porque estamos diante de fenômenos que não são habituais. São fenômenos que, de alguma maneira, abalam as sociedades.

No nosso caso, do Brasil, devemos estar prontos para responder a esses novos desafios, quaisquer que sejam os níveis em que eles se apresentem. Certamente, os órgãos do Governo com competência na área de combate ao terrorismo têm um papel muito importante a desempenhar. Claro, em primeiro lugar, vem a segurança dos nossos cidadãos. Mas também nós temos que, como membros responsáveis da comunidade internacional e em conformidade com todas as regras do direito internacional, assegurar que o nosso país não seja utilizado para apoiar, financiar ou, de qualquer forma, dar guarda a ações terroristas que vão se verificar em outros países.

Nenhum país, hoje em dia, está isento desse risco. Todos têm a responsabilidade de reagir para evitar que uma rede opere impunemente. Temos feito um esforço razoável nesse sentido. Conversei com o Presidente Bush quando estive lá e, evidentemente, não apenas relatei, expressei mais uma vez, pessoalmente, a solidariedade. Mas conversei com ele sobre essas matérias. E levei comigo o General Alberto Cardoso, que está aqui entre nós, que é o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, e ele teve uma série de contatos com as autoridades americanas com o objetivo de ampliar a cooperação bilateral. Esses contatos foram muito positivos. Por quê? Porque existe toda uma, eu até diria, mitologia a respeito da chamada tríplice fronteira. Devo dizer que o Presidente Bush nunca tocou nesse assunto comigo. Vejo, às vezes, no jornal que houve tal coisa. Nem sempre as informações que saem nos jornais correspondem ao que se disse, ao que se pensa, ao que se deseja, ao que se sente. Neste caso não é certo. Ele não levantou nenhuma questão específica sobre esta matéria nem mostrou preocupação dessa natureza. Pelo contrário, expressou a gratidão pelo fato de o Brasil ter se solidarizado de uma maneira concreta e prática na OEA. E nós discutimos outras questões de ordem mais ampla, a que posso me referir daqui a pouco.

Mas o General Cardoso teve contatos positivos e procurou saber o que existe nessa matéria. Não temos qualquer informação a respeito

da existência de células terroristas ou de células ligadas a qualquer desses grandes movimentos terroristas na tríplice fronteira. Vez por outra, há noticiário. Ninguém pode assegurar que não exista a remessa de recursos para terceiros países, para outros países a partir da tríplice fronteira. Tenho me referido a esse fato com muita tranqüilidade. E, seguramente, irão mais recursos de Londres, de Berlim, de Paris, de Roma para essas organizações do que do Brasil. Porque hoje, por causa das características do mundo contemporâneo, de redes de funcionamento, é quase impossível evitar isso.

Não podemos dizer que não tenha existido remessa de recursos. Mas também não se pode saber se a remessa de recursos foi feita para um movimento tal ou qual, para uma pessoa tal ou qual, porque não há elementos. Nem nós temos, nem ninguém tem. E quando se tem, tem-se a informação, busca-se saber, procura-se precisar se existe. Obviamente, temos que estar atentos, porque pode haver. Como pode haver, evidentemente, também, até mesmo tentativa de organização no nosso território. Mas os nossos órgãos de inteligência estão atentos.

Aliás, quero lhes dizer que no que diz respeito especificamente a Bin Laden, no dia 19 de fevereiro do ano 2001, no *Diário Oficial*, vão encontrar lá um decreto no qual se repudia, especificamente, o Al Qaeda e Bin Laden, pelo já feito anteriormente no Quênia. Como temos tratados internacionais que regulam essas matérias, e o Congresso Nacional aprovou 10 desses convênios de defesa contra o terrorismo, nós nos antecipamos a essa questão. E isso passou despercebido. Mas, na verdade, no nosso caso, antes do ataque de 11 de setembro, já havia uma definição clara pondo à margem da lei não só Bin Laden, como a sua organização, pelas informações havidas e trazidas até nós, pelos atos praticados em outros momentos. Portanto, o Brasil, de alguma maneira, já estava até mesmo se antecipando a essa questão.

Isso eu lhesuento não com o objetivo de dizer: bom, então temos realmente, já, uma rede perfeita. Nada é perfeito neste mundo tão cheio de dificuldades. Mas o Brasil está atento a esses problemas e temos que reagir com objetividade, não nos recusando a dar a cooperação no esforço conjunto com os demais países na luta contra o

terrorismo, mas com serenidade, sem cairmos na idéia de que então temos aqui um perigo imediato. Por quê? Não temos elementos para dizer que o perigo seja imediato, assim como também – reitero – não podemos dizer: bom, vamos dormir tranqüilos porque não há esse perigo. Esse perigo há no mundo todo. Há em toda parte, e é essa a dificuldade, justamente, da questão com a qual estamos lidando.

Mas ao mesmo tempo em que estamos travando uma luta contra a questão da lavagem de dinheiro, a questão da criação do Coaf é de grande importância, faz tempo que nós fizemos isso – há uns três anos que funciona. Tomamos as medidas legais, que não havia, para tipificar o crime de lavagem de dinheiro. Nós fizemos isso também. Já existe essa tipificação do crime de lavagem de dinheiro. Ao mesmo tempo que nós estamos atentos, que se está atento a essas questões, o esforço do Governo brasileiro e da diplomacia brasileira tem sido dizer que, além disso, existem outros problemas no mundo, que não se deve concentrar a questão das relações internacionais na questão de segurança. Estou falando que irão afetar a questão da segurança, e ela é muito importante, mais do que imaginamos. Ela é a única a predominar na cena internacional. Não podemos deixar de lado outras questões tão graves quanto. Por isso mesmo, eu tenho falado com muita força, nos fóruns onde pude falar, sobre a necessidade de insistirmos nos outros temas. Então, fiz referência a algo que eu tenho realmente dito com força: não haverá solução da questão do terrorismo, não haverá solução da questão nem sequer do Afeganistão se não houver uma solução da questão palestina e da relação entre Israel e os palestinos.

O Brasil foi o país, um dos países que, no momento da criação do Estado de Israel, tomou uma posição de vanguarda. Sempre se presta uma homenagem a Osvaldo Aranha, que presidiu a Assembléia das Nações Unidas que criou Israel. O Brasil apoiou a criação do Estado de Israel, tem boas relações com Israel, excelentes relações com Israel, sabe da importância de manter Israel como um Estado livre, como um Estado que é, digamos, depositário do que há de mais puro da civilização judaica ocidental, mas o Brasil também acha que o que

já foi decidido pelas Nações Unidas, que é a criação do Estado Palestino, deve ser implementado.

Hoje, isso é dito pelo Presidente dos Estados Unidos. Hoje, essa posição, que até bem pouco tempo era arriscada, é posição do Governo americano. E há mesmo um esforço que está sendo feito neste momento, de tentativa de levar a que cesse a guerra entre os palestinos e Israel, um acordo de armistício. Está-se tratando de fazer aquilo que o Senhor Mitchel, que foi o dirigente da CIA nos Estados Unidos, propôs como plano, ainda no governo Clinton. Certamente vão mudar o nome do plano. O governo é outro. O general que vai para lá é outro, mas, de qualquer maneira, os Estados Unidos perceberam, os ingleses também, que, sem que haja um esforço muito grande para um cessar-fogo e depois o reconhecimento de limites, vai ser difícil terminar com essa questão.

Recentemente, eu me encontrei com o ex-Presidente Clinton, em Madri. O Ministro Celso Lafer estava comigo. E o ex-Presidente Clinton, que tentou essa pacificação até o final do seu mandato, reiterou a sua visão. Não posso dizer que esteja de acordo ou não, porque não conheço a região, nem o Brasil tem tanta influência na área, não tem sequer tanta informação. A posição do ex-Presidente Clinton era de que enquanto houvesse a idéia de que a segurança de Israel dependia do território não haveria paz. Isso leva Israel a ocupar cada vez mais territórios e assentar cada vez mais colonos em áreas que são palestinas, que são libanesas ou que são ocupadas por populações dessa região. Enquanto não for possível mudar a visão estratégica de defesa de Israel, é difícil haver a paz.

Por outro lado – ainda, reitero, são palavras do ex-Presidente Clinton –, enquanto não houver a compreensão de que não adianta ter território porque, hoje, os palestinos dispõem de mísseis e dispõem de terroristas, não se assegura, portanto, a tranquilidade de Israel. Era preciso buscar algum mecanismo que levasse a um outro sistema de segurança. Nisso estão empenhados, agora, os governantes dos Estados Unidos e da Europa, para ver se encontram uma tranquilidade aí.

E, mais remotamente, a luta entre a Índia e o Paquistão por causa da Caxemira é outra das incubadoras de terrorismo. Na verdade, em boa parte, a questão do Talibã está ligada à questão do Paquistão, em função da busca de sua segurança diante da Índia. E o fato de o Paquistão ter buscado, agora, uma posição de maior aproximação, ou melhor, de os americanos terem buscado uma maior aproximação com o Paquistão alterou um pouco esse equilíbrio, vai implicar alguma consideração especial com a Índia também, porque, finalmente, estão percebendo que a questão do Afeganistão não é do Afeganistão, é muito mais ampla. E aí estamos diante de choques, não apenas choques entre Estados, eventualmente, com religiões diferentes, mas choques de interesses estratégicos diferentes. Estamos lidando, no caso do Paquistão e da Índia, com dois países que são potências nucleares. Portanto, é altamente arriscado tudo que acontece lá. E o Afeganistão sofre as consequências disso. O embate se dá no seu território, mas as forças que estão em jogo são muito mais amplas do que as forças, digamos, da nação afegã e também do que o próprio Talibã ou do que a própria Al Qaeda. Existem muitos outros fatores envolvidos.

Portanto, nessa mesma linha que estou acabando de expor, a posição do Brasil – evidentemente, não temos nenhum interesse estratégico por lá –, do ponto de vista da solidariedade internacional, tem sido a de defender abertamente a necessidade do fortalecimento do Estado Palestino, não como desapreço a Israel, mas pelo apreço à humanidade e aos nossos interesses como parte da comunidade internacional, que são os interesses da paz.

Até que ponto isso vai ser obtido, sabe Deus. Até que ponto vai ser possível haver avanços concretos em toda a região do Oriente Médio não é alguma coisa que se possa saber de antemão. Portanto, voltamos a Braudel: sabe-se lá se estamos na espuma ou se estamos numa correnteza mais profunda, e se isso vai levar a uma mudança efetiva muito maior das relações internacionais.

Claro que, nesse contexto todo, estamos olhando também os nossos vizinhos mais próximos, que estão mais diretamente envolvidos em situações de terrorismo ou, pelo menos, de combate guerrilheiro,